

MERCADOS DE TRABALHO RURAIS: PORQUE SÃO NEGLIGENCIADOS NAS POLÍTICAS DE EMPREGO, REDUÇÃO DA POBREZA E DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE?

Rosimina Ali

INTRODUÇÃO

Há um interesse em discussões sobre o trabalho assalariado rural depois de longos períodos de se considerar a sua ausência em dinâmicas de pobreza e de desenvolvimento rural em África. Entretanto, a forma como esta questão tem sido, convencionalmente, analisada em Moçambique tem-se revelado ainda limitada para a abordar coerentemente.

De uma análise do debate actual e da literatura sobre formas de trabalho prevalentes nas áreas rurais de Moçambique, verifica-se uma contradição em relação à importância do trabalho assalariado. Por um lado, a incidência do trabalho assalariado rural é indicada como marginal, reflectindo o facto de o meio rural ser assumido como dominado pela produção de pequenos camponeses orientada para a subsistência e dependente do trabalho familiar assumido fora do mercado de trabalho (GdM, 2011; World Bank, 2012). Assim, é dada pouca importância ao trabalho assalariado rural. Os documentos de política pública estão subjacentes a esta literatura que tem, em grande medida, as suas análises baseadas em informação de inquéritos oficiais de grande escala. Por outro lado, o trabalho assalariado rural, desenvolvido sob formas temporárias (eventual e sazonal) e em condições diferenciadas, múltiplas e precárias, é considerado predominante e relevante nas zonas rurais de Moçambique (Sender, Oya & Cramer, 2007; O’Laughlin & Wuyts, 2012; Castel-Branco, 1995; Massingarella, Nhate & Oya, 2005). A maior parte desta evidência é suportada por estudos

de campo e/ou por estatísticas independentes assentes em métodos analíticos rigorosos que permitem captar padrões específicos prevalentes na economia rural.

Perante este cenário, parece crucial investigar esta contradição para perceber o que de facto está a acontecer. O interesse numa análise mais aprofundada da questão é reforçado, seguindo uma abordagem de economia política, ao considerar que a força de trabalho não é um simples activo e que os mercados de trabalho são centrais no sistema social de acumulação, *inter alia*, pelas ligações que estimulam entre diferentes agentes e actividades na economia. Daqui questiona-se porque os mercados de trabalho rurais (adiante referidos como MTR) são ignorados nas intenções de política pública em Moçambique. Este conhecimento tem implicações para a formulação e efectividade de políticas públicas que podem ser comprometidas pela negligência de padrões rurais reais importantes para o modo de vida da população em ligação com o modo de acumulação dominante em Moçambique. O artigo argumenta que o método de análise (abordagem analítica e metodologia de tratamento da informação) subjacente a distintas posições pode permitir (ou não) perceber padrões rurais reais, onde específicas formas de trabalho acontecem e se desenvolvem, importantes para compreender as dinâmicas de pobreza e de acumulação em Moçambique. Daqui, ao considerar os distintos métodos de análise, este artigo discute como é que o ponto de partida e/ou a forma como olhamos para a economia pode inibir a percepção da realidade, neste caso, dos MTR e implicar a sua negligência.

O presente artigo está organizado em cinco secções. Para além da primeira, que contempla esta nota introdutória, a segunda secção enquadra as diferentes visões sobre as áreas rurais nos debates da actualidade, que possibilitam um panorama dos distintos quadros de análise em que a natureza do emprego rural está subjacente. A terceira secção analisa as evidências com informação que permite inferir sobre a importância (ou não) dos MTR em Moçambique. A quarta secção reflecte sobre as lacunas nas evidências sobre os MTR fornecidas pelas estatísticas oficiais e avança alternativas de como enfrentá-las. A última secção discute as implicações da negligência dos MTR para o entendimento da pobreza e das possibilidades de acumulação nas áreas rurais de Moçambique e equaciona as conclusões.

DIFERENTES VISÕES SOBRE AS ÁREAS RURAIS NOS DEBATES ACTUAIS

A análise da relevância ou da negligência do trabalho assalariado rural levanta interesse para a consideração sobre como o meio rural é visto de modo a perceber o

que, de facto, está a acontecer. As áreas rurais de Moçambique continuam a albergar a maioria (cerca de 70%) da população total¹ do país e registam os níveis mais altos de pobreza monetária no país, com tendência de aumento (de 55,3% em 2002/2003 para 56,9% em 2008/2009) (INE, 2009; GdM, 2011). Duas maneiras distintas de tratar o meio rural são consideradas, nomeadamente: (i) economia rural de subsistência e dependente de trabalho familiar e (ii) economia rural estruturalmente ligada aos mercados de trabalho nacionais e regionais.

ECONOMIA RURAL DE SUBSISTÊNCIA E DEPENDENTE DE TRABALHO FAMILIAR

Uma visão dualista sobre as economias em desenvolvimento parece dominar esta posição da literatura sob a perspectiva de que a economia rural moçambicana está dividida entre dois sectores: o tradicional (pré-capitalista) e o moderno (capitalista) (O’Laughlin, 1996; O’Laughlin & Wuyts, 2012). Assume-se que a força de trabalho rural está ligada a um sector tradicional assente em uma agricultura de subsistência dependente de mão-de-obra familiar que não participa sistematicamente no mercado onde a maioria é considerada pobre. As firmas e plantações comerciais de grande escala, incluindo associações e concessões de produtores integrados, englobam-se no sector considerado moderno. Praticamente nenhuma referência é feita ao trabalho assalariado rural, em especial agrícola, ao pressupor que a força laboral rural está fora do mercado de trabalho (World Bank, 2012; GdM, 2011). Sob esta visão estão assentes vários documentos de política² nacional e abordagens convencionais implícitas nas intenções nacionais de desenvolvimento e de redução de pobreza. Este é o caso do PARP 2011-2014 e o relatório recentemente publicado pelo Banco Mundial sobre emprego (WDR 2013)³, ambos baseados na informação proveniente do convencional Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF) desenvolvido pelo Banco Mundial com o propósito de avaliação da pobreza.

Em países como Moçambique, em que a maior parte da população vive nas zonas rurais, o trabalho assalariado não é considerado a forma predominante de trabalho. Estima-se que mais de 80% do emprego rural em Moçambique seja desenvolvido na agricultura, ainda que a contribuição deste sector no PIB seja de apenas 30% (World Bank, 2012). Grande parte da força laboral rural é considerada campesina, ainda que o reconhecimento de actividades não-agrícolas se tenha intensificado. A maior parte das actividades não-agrícolas são consideradas como auto-

¹ Segundo o Censo da população de 2007, a população moçambicana é de 20 632 434 de habitantes (INE, 2009).

² Que são “quadros institucionais formais de negociação ou que emergem da negociação entre grupos de interesse e pressões económicas” (Castel-Branco, 2012).

³ *World Development Report 2013*.

-emprego e aqueles ligados ao trabalho assalariado não-agrícola são, geralmente, considerados 'não pobre'. Moçambique tem sido considerado uma economia agrária, onde a maioria dos trabalhadores agrícolas é indicada como pequenos camponeses com limitado acesso à tecnologia e serviços de extensão. Os rendimentos da agricultura são mais baixos do que os de outros sectores considerados mais produtivos como os serviços e a indústria (World Bank, 2012).

Perante este panorama, os agregados familiares (adiante referidos como AF) rurais são equacionados como se fossem um grupo homogéneo, isolado e estático, com pouca estratificação entre si. Entretanto, algumas contradições e questões emergem. Será realístico considerar que toda a população rural é meramente camponesa? Será que existe uma homogeneidade nas características das famílias rurais e nas actividades desempenhadas por esta população em contexto de focos de acumulação regionais distintos? Se esta população tem oportunidades limitadas, de onde vêm os recursos para financiar a referida pequena produção de subsistência? Será possível desenvolver esta actividade contando apenas com a mão-de-obra familiar? Será que o mero envolvimento em agricultura para subsistência permite satisfazer despesas de serviços básicos não alimentares como a saúde e a educação? Será que esta camada da população produz tudo o que consome?

ECONOMIA RURAL ESTRUTURALMENTE LIGADA AOS MERCADOS DE TRABALHO

O método de análise assente nesta visão sugere que a economia rural se encontra orgânica e estruturalmente ligada aos mercados de trabalho nacionais e regionais. Os mercados de trabalho são estruturalmente formados, reproduzidos e transformados de forma diferenciada e complexa, dependendo do contexto específico em que distintas relações socioeconómicas interagem (Fine, 1998). As zonas rurais da economia de Moçambique são indicadas como um forte alicerce da base de acumulação de capital no país. Historicamente, a racionalidade do processo de produção em África esteve ligada aos processos estruturais de acumulação de capital que se afiguram associados aos processos de proletarização (Sender & Smith, 1986; O'Laughlin, 2001). No período colonial, o modo de acumulação dominante esteve assente na expropriação do campesinato (principalmente o pobre e médio) de quem dependia grande parte das exportações do país em excedentes agrícolas de culturas de rendimento (como o tabaco, o algodão, o açúcar, o chá, o sisal, o caju, entre outras). Este campesinato fornecia força de trabalho barata e permitia a reprodução da força de trabalho conseguida abaixo do custo social de reprodução num contexto de padrões

regionais diferenciados (no Sul como reserva de mão-de-obra para as minas na África de Sul, no Centro dedicada à economia de plantação e no Norte como produtora de mercadorias (O’Laughlin, 1981; Castel-Branco, 1994, 1995; Wuyts, 1978). A agricultura familiar e o trabalho assalariado financiam-se mutuamente pelo que, dada a dependência em rendimentos monetários para a consolidação do campesinato, este suportava os custos da sua reprodução. Esta forte dependência do padrão de acumulação no campesinato em Moçambique, adquirido do período colonial com fracas ligações internas (como exemplo, a economia moçambicana especializada na produção de produtos primários não processados para exportação) e o modo de organização social da produção e laboral de um grupo fragmentado de camponeses, parece ter-se mantido após a independência.

Desde os finais da década de 1990 até actualmente, como indicado por Castel-Branco (2010), a natureza extractiva do padrão de acumulação da economia de Moçambique fortificou-se num contexto de exportação de produtos primários com pouco processamento, com o aparecimento de mega-projectos com investimentos direccionados para a exploração de actividades de extracção e infra-estruturas ligadas a esta exploração com poucas ligações na economia (não descurando a falta de ligações fiscais) e desarticulação com a base produtiva. Como evidenciado em Castel-Branco (2010), a economia moçambicana é uma economia extractiva onde o investimento é concentrado em actividades produtivas, serviços e infra-estruturas com natureza extractiva. Há uma expansão da concentração da produção industrial em torno da exportação de produtos primários com pouco processamento (como o carvão, a madeira, o algodão descaroçado, o sisal, o gás natural, o chá folha, o açúcar não refinado, o tabaco, a castanha de caju não processada, o camarão, a energia hidroeléctrica, o alumínio) e uma alta dependência no consumo de produtos processados importados. Daqui, como Castel-Branco (2010) avança, a economia moçambicana apresenta uma natureza extractiva e porosa, na medida em que a absorção da riqueza gerada é limitada. Este facto parece ser inconsistente com a ideia de uma economia rural dependente de uma agricultura familiar de subsistência, mas consistente com o padrão de acumulação dominante em Moçambique na medida em que as famílias se mostram incapazes de produzir grande parte do que necessitam para a sua subsistência (como óleo alimentar, sal, petróleo, cimento, vestuário, bicicletas). A questão que surge é: como é que estas famílias rurais vêm canalizando os seus recursos financeiros? Dentro deste aparato, como indicado por alguns estudos, a organização social da produção familiar foi, historicamente, influenciada pelos interesses do capital e

suas relações capitalistas. Devido a uma série de bloqueios, como as condições de reprodução social da força de trabalho, o campesinato, diferenciado e com uma frágil estrutura de organização, vê-se estruturalmente integrado no trabalho assalariado (Castel-Branco, 1984, 1995; CEA, 1982a, 1982b; Bowen, 2000). Outras questões que se levantam são: como é que as dinâmicas de acumulação, industrialização e proletarianização se relacionam (e que implicações colocam à organização social de produção)? Como é que as relações de produção, distribuição e reprodução se interligam no contexto do modo de acumulação dominante? Como se relacionam a produtividade das firmas com a da força laboral? Em que condições é desenvolvido o trabalho assalariado? Como são aplicados os fundos financeiros obtidos dos salários pelas famílias?

A literatura aponta para a maioria dos agregados familiares rurais com padrões de sobrevivência diversificados, envolvidos numa multiplicidade de actividades que incluem o trabalho assalariado para fazer face ao seu consumo corrente, permitir um fundo de investimento e responder a choques (Cramer, Oya & Sender, 2008; Castel-Branco, Massingue & Ali, 2009). O'Laughlin (2001) sugere que, desde meados dos anos 80, não se verifica uma separação entre a produção de subsistência e o trabalho assalariado (local ou migratório), mas membros de AF rurais que combinam a produção de comida com diversas fontes de rendimento, como, por exemplo, o trabalho assalariado casual, receptor de remessas e pensões, venda de gado, entre outras. Alguns estudiosos apontam que, historicamente, os rendimentos salariais monetários, para além de fazerem face às necessidades de subsistência, despesas de serviços sociais básicos (como saúde e educação) e financiamento da construção de habitação, por exemplo, são uma base importante para o investimento na produção familiar através da aquisição de meios de produção (bombas e cisternas de água, implementos agrícolas, etc.) e podem permitir libertar recursos ou produção alimentar para cobrir possíveis períodos de escassez e/ou vender nesses períodos, ao invés de depender do seu consumo corrente (O'Laughlin, 1981; Castel-Branco, 1983a, 1983b). Similarmente, os rendimentos salariais em espécie podem permitir 'libertar' a produção do campesinato para o mercado. É de salientar a presença de diferenciação do campesinato (pobre, médio e rico), com maior intensidade no sul, quer no período colonial quer actualmente, com oportunidades de acumulação distintas. Neste contexto, os pequenos comerciantes rurais desempenharam, desde a época colonial, um factor central no processo de organização e reprodução da agricultura familiar, em especial para os grupos mais carenciados, por via, por exemplo, das ligações da cidade ao campo, da ligação do camponês à plantação.

Ademais, os fundos salariais podem permitir uma base de acumulação para prevenção de choques como: quebras no sustento dos AF (funerais, doenças, propinas e outras despesas de consumo inesperadas), quebras de mercado, aumento dos preços de insumos ou transporte, fonte de investimento em actividades alternativas, ajuste a crises locais ou conflitos sobre recursos, entre outros choques (Castel-Branco, 1983a; O’Laughlin & Ibraimo, 2013). A explicação subjacente a este método analítico parece ser consistente com a realidade de algumas camadas moçambicanas pobres que se deslocam para terras menos produtivas, em resultado da competição pela água e terra com projectos de agro-negócios, mineração, turismo, etc. e precisam de fundos para aquisição comercial de alimentos, enquanto a possibilidade de fontes de rendimento alternativas não se consolidam (Castel-Branco & Mandlate, 2012).

Do panorama discutido, parece haver um *gap* de consistência entre o método de análise convencional, em que os documentos de política pública se têm baseado, e o que se verifica na realidade num quadro amplo do sistema social de acumulação em Moçambique.

IMPORTÂNCIA (OU NÃO) DOS MTR: O QUE REVELA A EVIDÊNCIA?

A maneira como a informação é recolhida e tratada pode influenciar o entendimento sobre dinâmicas reais, como a incidência e relevância (ou não) do trabalho assalariado rural. Duas fontes de informação são consideradas: (i) inquéritos oficiais de grande escala e (ii) dados de estudos de campo e de estatísticas de estudos independentes. A primeira fonte de informação indica que a incidência do trabalho assalariado é marginal e este não é relevante nas zonas rurais de Moçambique, enquanto a última fonte de informação aponta para uma predominância e importância de formas de trabalho assalariado rural (principalmente desenvolvidas em condições temporárias) em Moçambique.

A IMAGEM MOSTRADA PELAS ESTATÍSTICAS OFICIAIS

De acordo com uma série de estatísticas oficiais que recolhem informação sobre padrões e dinâmicas rurais, incluindo características sobre o emprego, é indicado que a maioria da PEA⁴ rural tem como actividade económica principal a agricultura, conforme ilustrado na Tabela 1. O remanescente da PEA rural (uma minoria) é indicada como ligada a uma outra ‘actividade principal’ como serviços, indústrias, transportes, construção, comércio ou outra.

⁴ População Economicamente Activa (de 15 e mais anos); 87% no total e 94% nas zonas rurais (INE, 2011).

TABELA 1 PERCENTAGEM DA PEA QUE TÊM A AGRICULTURA COMO PRINCIPAL OCUPAÇÃO NAS ZONAS RURAIS DE MOÇAMBIQUE

IAF 2002/2003	93%
IFTRAB 2004/2005	93%
IOF 2008/2009	94%
Censo 2007	89%
1.º Trimestre INCAF 2012/2013	88%

FONTE: INE, VÁRIOS INQUÉRITOS E CENSO

A informação sobre o emprego em Moçambique tem, geralmente, sido captada de alguns módulos incluídos nos inquéritos oficiais, com especial destaque para o IAF⁵ o IOF e o INCAF⁶ dada a falta de um inquérito contínuo oficial com foco sobre características de emprego que permita analisar os padrões e tendências associados ao mercado de trabalho. O inquérito sobre a força de trabalho IFTRAB⁷ 2004/2005 é o ‘único’ que existiu. A nível nacional, as estimativas do IFTRAB 2004/2005 revelam que a maioria da PEA desenvolve trabalho por conta própria e trabalho familiar sem remuneração (62% e 25%, respectivamente) e apenas cerca de 13% é assalariada. Em termos regionais, o Sul do país evidencia uma maior PEA em trabalho assalariado (27%) do que o Centro (10%) e Norte (8%). Esta imagem do Sul do país pode reflectir o facto de esta região ter, há mais de um século, como fonte de emprego dominante o trabalho migratório para a África do Sul.

No concernente às zonas rurais do país, os inquéritos oficiais dos IAF, IFTRAB, IOF e INCAF, que são, convencionalmente, usados para analisar dinâmicas de emprego rural, reflectem uma imagem similar com respeito à situação ocupacional, onde a incidência do trabalho assalariado é mínima (apenas cerca de 5%) (INE, 2003, 2006, 2011, 2013). Este é indicado como pouco importante para a maior parte da população rural que, segundo estas estimativas, tem como formas de trabalho predominantes o trabalho por conta própria (maioritariamente desempenhado na agricultura) e trabalho familiar sem remuneração (Gráfico 1).

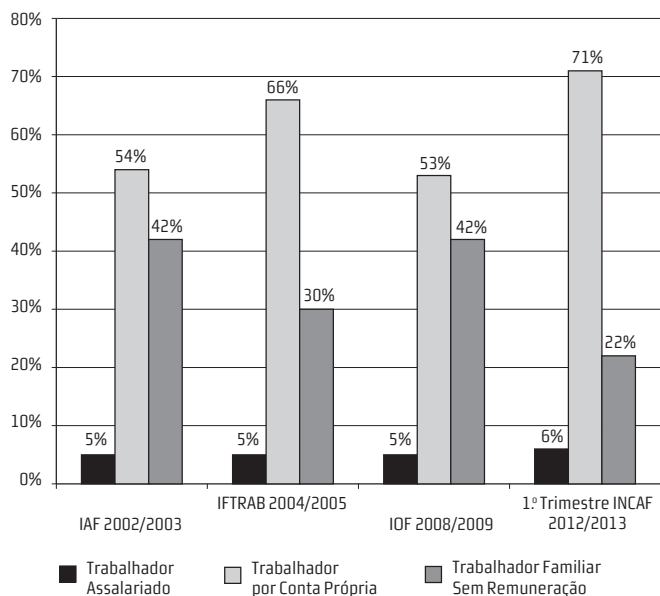
Adicionalmente, o Censo da população de 2007 sugere que o trabalho assalariado é raro no seio da maioria da população rural que se revela ligada ao trabalho por conta própria sem empregados e ao trabalho familiar sem remuneração. A pequena proporção da PEA ligada ao trabalho assalariado é maioritariamente masculina. As mulheres dominam as formas de trabalho familiar sem remuneração e por conta própria sem empregados (Gráfico 2) (INE, 2009).

⁵ Inquérito aos Agregados Familiares.

⁶ Inquérito Contínuo aos Agregados Familiares.

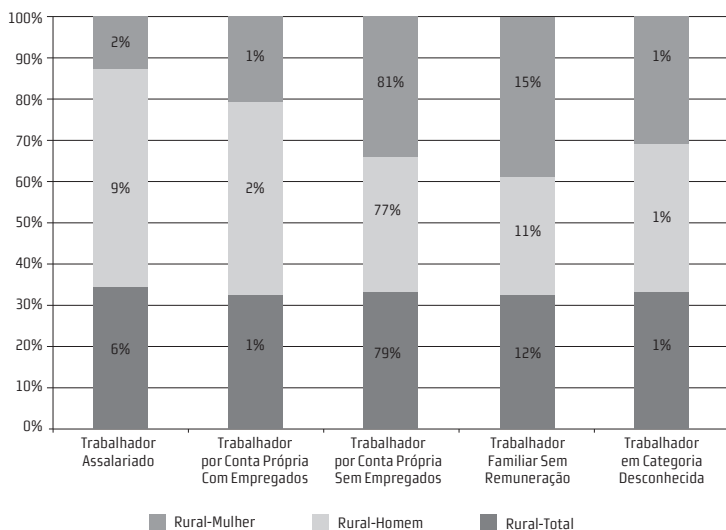
⁷ Inquérito Integrado à Força de Trabalho.

GRÁFICO 1 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PEA POR SITUAÇÃO OCUPACIONAL DE TRABALHO NAS ZONAS RURAIS DE MOÇAMBIQUE



FONTE: INE, VÁRIOS INQUÉRITOS

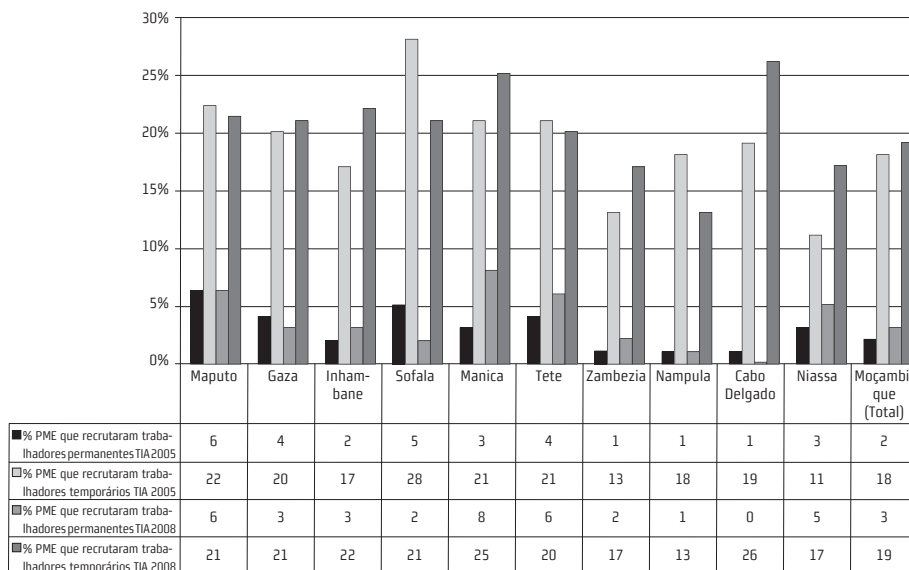
GRÁFICO 2 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA SITUAÇÃO OCUPACIONAL DA PEA POR GÉNERO NAS ZONAS RURAIS DE MOÇAMBIQUE, SEGUNDO O CENSO DE 2007



FONTE: ESTIMATIVA DO AUTOR SOBRE OS DADOS DO CENSOS 2007, INE 2009

Comparativamente aos inquéritos oficiais referdos, o TIA⁸ espelha uma incidência mais ampla do recrutamento de força de trabalho, embora a percentagem de explorações agro-pecuárias (pequenas, médias e grandes) que contratam força de trabalho se revele marginal. As pequenas e médias explorações são reveladas como a maioria no país. Os dados do TIA 2002 revelam que cerca de 40% dos empregadores das grandes explorações recrutaram força de trabalho assalariada temporária (para além da contratada a tempo inteiro). As pequenas e médias explorações utilizaram trabalhadores assalariados temporários (18% nas pequenas e 42% nas médias) e permanentes (3% no caso das pequenas e 31% nas médias) (Massingarella, Nhate & Oya, 2005). Os dados do TIA 2005 e TIA 2008 revelam, quer a nível nacional quer nos desagregados por províncias, que há uma utilização de mão-de-obra remunerada (tempo inteiro/permanente e temporária) que é recrutada fora do AF para actividades agro-pecuárias (INE, 2005, 2008). Entretanto, verifica-se uma diferenciação por províncias e nas formas de recrutamento onde as formas de trabalho temporárias são as mais recrutadas (Gráfico 3).

GRÁFICO 3 RECRUTAMENTO DE FORÇA DE TRABALHO ASSALARIADO PELAS PEQUENAS E MÉDIAS EXPLORAÇÕES (PME), MOÇAMBIQUE, TIA 2005 E TIA 2008



FONTE: ESTIMATIVAS DO AUTOR SOBRE A BASE DE DADOS DO TIA 2005 E TIA 2008

⁸ O Trabalho de Inquérito Agrícola é um inquérito agro-pecuário com módulos de emprego. Tem a particularidade de recolher informação sobre o empregador (grandes, médias e pequenas explorações).

Daqui, a imagem desta evidência reflecte uma economia rural de subsistência com a maioria da população com pouco recurso ao trabalho assalariado e com predominância do auto-emprego (normalmente na agricultura) e do trabalho familiar não remunerado, que é reflectida em alguns estudos sobre os MTR que têm como base estas estimativas (Tschirley & Benfica, 2000; Jones & Tarp, 2012). Estas estimativas podem reflectir que estão ocultos padrões de emprego, ou por não serem predominantes (com influência do método de análise), ou pela limitada desagregação regional, ou ainda por possíveis erros de medição que inibem a qualidade dos dados (dada a sensibilidade das formas de trabalho temporário) e resultam na sua subestimação.

UM OLHAR SOBRE OS ESTUDOS DE CAMPO E ESTATÍSTICAS DE ESTUDOS INDEPENDENTES

A evidência resultante de uma série de estudos de campo e de estatísticas de estudos independentes contrasta com as estatísticas oficiais apresentadas ao revelar que os MTR são complexos e cruciais no contexto do padrão de acumulação dominante e no modo de vida de uma grande parte das famílias rurais (tanto dos homens como das mulheres e mesmo das crianças) em Moçambique. Esta evidência revela a predominância de uma interdependência de actividades, onde o trabalho assalariado desenvolvido sob as formas casual e sazonal se destaca como fundamental para a vida da maioria dos AF nas zonas rurais.

A pesquisa conduzida por Cramer, Oya & Sender (2008), baseada num amplo Inquérito sobre Mercados Rurais de Trabalho (MRLS 2002/2003)⁹ nas províncias do centro e norte do país (Manica, Nampula e Zambézia), evidencia uma heterogeneidade nos padrões de vida e na diversidade de ocupações ligadas ao trabalho assalariado (sobretudo de formas irregulares) de muitas famílias rurais (principalmente as de camadas mais pobres). Este estudo revela que os indivíduos rurais entrevistados encontravam-se a trabalhar numa variedade de ocupações de trabalho assalariado incluindo pequenas plantações, lojas de mercado, bares, barracas de mercado, grandes plantações de culturas para exportação (que empregam milhares de trabalhadores temporários). Esta evidência desafia a ideia apontada por (Tschirley & Benfica, 2000), suportada pelas estatísticas oficiais, de que o trabalho assalariado no centro e norte do país é mínima, e que é mais concentrado nas camadas de rendas mais altas.

⁹ Ou IMRT 2002/2003. Esta pesquisa foi baseada numa combinação de métodos qualitativos e quantitativos.

Parece existirem poucos grupos de pessoas nas áreas rurais de Moçambique que dependem apenas da agricultura e auto-emprego como base dos seus meios de vida. Estes afiguram-se envolvidos num vasto e importante leque de formas de trabalho assalariado (sobretudo eventual e sazonal), quer em actividades agrícolas quer em não-agrícolas e, muitas vezes, desenvolvidas em condições de trabalho precárias (Reardon, 1997). Este facto é também evidenciado no Sul de Moçambique. Como exemplo disso existe o caso dos trabalhadores assalariados agrícolas sazonais da Açucareira de Xinavane que são remunerados a baixos níveis salariais e recorrem a fontes de rendimento alternativas complementares sob a forma de trabalho assalariado (quer agrícola quer não-agrícola) (O’Laughlin & Ibraimo, 2013). Uma questão que surge é: porque é que, mesmo auferindo salários a um nível abaixo da sua subsistência, estes trabalhadores continuam à procura e envolvidos nestas formas de trabalho instáveis? Outra questão poderia ser: porque é que os empregadores são resistentes nas formas de trabalho eventuais e sazonais? Do lado do empregador, como indica este estudo, parece estar a referência ao absentismo laboral e as limitações na finalização das tarefas por parte dos trabalhadores, entre outros aspectos associados à produtividade do trabalho. Todavia, a questão subjacente aos interesses e conflitos laborais permanece, ao considerar que este contexto é dominado por relações de trabalho específicas dentro de um processo de produção em que os salários, mesmo heterogéneos, são pagos abaixo do custo social de reprodução dos trabalhadores. Estes trabalhadores encontram-se, muitas vezes, em situações de privação, com baixos níveis de educação ou, se com algum nível, têm limitadas oportunidades de emprego (acentuada oferta de trabalho; em geral procuram oportunidades em múltiplos mercados de trabalho para sobreviver). Ainda que a diferenciação das condições de trabalho possa variar de empregador para empregador, pode questionar-se se estes factores, *inter alia*, não conferem um fraco poder negocial aos trabalhadores, e limitam a negociação de melhores condições no local de trabalho.

Entretanto, como indica Amsden (2010), a necessidade de se envolver em trabalho assalariado e a disponibilidade de oferta de trabalho em si não asseguram a demanda de trabalho assalariado que precisa de ser estimulada. Na busca de oportunidades de emprego em MTR mais dinâmicos, alguns grupos da população vêm-se “obrigados” a migrar (interna – interprovincial e regional – ou internacionalmente) (Johnston, 2007; Standing, Sender & Weeks, 1996). Por exemplo, o MRLS 2002/2003 revela casos de necessidade de mobilidade de algum(ns) membros do AF para trabalho sazonal nas médias e grandes explorações onde esteja a ocorrer uma colheita ou sacha. Um

outro exemplo é o caso dos cortadores de cana-de-açúcar na Açucareira de Xinavane, grande parte deles provenientes das províncias do centro do país (Manica, Zambézia, Sofala e Tete) que se deslocam, alguns por desespero, do seu local de origem nos períodos de corte de cana, regressando no fim da campanha (O’Laughlin & Ibraimo, 2013). A maioria destes migrantes são homens jovens e frequentemente com alguma educação secundária que não conseguem oportunidades de emprego localmente.

No contexto da multiplicidade de actividades no seio dos agregados rurais, é evidenciada a influência de uma base variada e diferenciada de diversos membros do AF. Por exemplo, a pesquisa de O’Laughlin & Ibraimo (2013) indica que as mulheres e as crianças, que estavam em agregados sem rendimentos provenientes de trabalho na açucareira de Xinavane, revelaram desempenhar localmente trabalho para vizinhos e familiares em troca de remuneração em forma de alimentos. Deste estudo pode verificar-se igualmente a dependência de alguns agregados rurais (onde estão incluídos idosos) nas remessas de migrantes a trabalhar na África do Sul. Ademais, algumas mulheres e filhos mais velhos em agregados rurais no posto administrativo de Machubo, no Sul do país, que têm o chefe de família em trabalho migratório na África do Sul, encontram-se a desempenhar trabalho sazonal. Contudo, existe uma heterogeneidade nas oportunidades entre estas e aquelas esposas de trabalhadores assalariados a trabalhar em Maputo (Castel-Branco, 1983b). Os idosos e alguns adolescentes que têm maiores dificuldades de se deslocarem às plantações revelam-se, de acordo com uma pesquisa sobre ‘plantações de chá e economia camponesa na Alta Zambézia’, envolvidos em trabalho assalariado eventual (*ganho-ganho*), dentro da agricultura familiar entre camponeses da região, em troca de remuneração em dinheiro ou espécie (cadernos escolares, comida, petróleo, etc.) (CEA, 1982c). Adicionalmente, Sender & Oya (2007), na pesquisa sobre os mercados rurais de emprego no centro e norte do país, indicam um alto peso de mulheres divorciadas/separadas ou viúvas no trabalho assalariado agrícola, facto este que é subestimado nas estatísticas oficiais. Das histórias de vida destas mulheres, é indicado que o trabalho assalariado, ainda que de formas temporárias, é um recurso vital para estas mulheres que, muitas vezes, se encontram em desespero e tendo que sustentar os seus filhos e a si próprias. Ademais, os trabalhadores assalariados agrícolas revelaram que uma proporção muito assinalável dos membros dos seus AF participa nos MTR mesmo que em formas irregulares.

A emergência do trabalho assalariado rural tem estado associada a processos socioeconómicos de diferenciação e de focos de acumulação distintos e, conseqüentemente, ao surgimento de grupos fragmentados e desigualdades de oportu-

nidades entre regiões e ao longo do tempo (Oya, 2010b; Castel-Branco, 2010). Os AF são estruturalmente diferenciados e, segundo Oya (2010b), os grupos menos pobres geralmente contêm um maior número de membros com acesso a empregos com maior regularidade e fontes de renda mais estáveis do que as camadas mais pobres. Os AF rurais, para além de serem diferenciados, variam com o tempo e de região para região. As fases diferentes do desenvolvimento do AF podem, por um lado, negligenciar a sua importância e, por outro, permitir (ou não) um fundo de acumulação para outros membros do AF. Por exemplo, com o tempo os AF podem alterar devido à migração, que poderá influenciar diferentemente os investimentos (em produção ou outro) dos AF rurais durante a ausência do migrante e no seu retorno definitivo. Isto pode dificultar a visualização da dependência do campesinato ao trabalho assalariado (O'Laughlin, 1981).

Da análise das distintas fontes de informação apresentadas nesta secção, parece que as formas de trabalho assalariado rural são predominantes e importantes no contexto do sistema social de acumulação dominante em Moçambique, embora estas tenham sido negligenciadas no quadro de análise convencional e estatísticas oficiais. É questionada a metodologia convencional recorrida ao constatar uma contradição sobre a realidade por esta não explicada.

PORQUÊ AS LACUNAS NA EVIDÊNCIA E COMO ENFRENTÁ-LAS?

A informação estatística (quantitativa e qualitativa) sobre os MTR é central para o entendimento de dinâmicas socioeconómicas. No entanto, o método analítico e de recolha de dados pode afectar tanto as estatísticas como a pesquisa, colocando em causa a análise de ligações entre MTR, pobreza e desenvolvimento (Fosu, Mwabu & Thorbecke, 2009). Há suspeita de problemas metodológicos suscitados pela negligência de padrões de MTR no quadro analítico convencional e das estatísticas oficiais (IFTRAB, IAF, IOF, INCAF, Censo e TIA). Esta secção discute algumas dessas interrogações através da reflexão sobre possíveis lacunas e alternativas. Isto é abordado em três vertentes, nomeadamente a interligação entre o método de análise e os questionários, a ausência de um inquérito oficial focado nos MTR e os problemas conceptuais e metodológicos existentes nos módulos sobre emprego dos convencionais inquéritos oficiais utilizados.

Primeira vertente, o quadro analítico em que está assente o inquérito usado pode influenciar o tipo de questões a que se pretende responder e pode limitar a resposta

que esta informação pode fornecer a outras questões. Por exemplo, as evidências analisadas parecem indicar uma ligação entre a abordagem analítica e o método de recolha de informação. A questão que surge é como é que estes dois aspectos se interligam. Os dados oficiais parecem reflectir o método de análise convencional assente numa visão dualista de economia rural de subsistência onde a incidência do trabalho assalariado rural (mesmo temporário) é marginal. Os estudos de campo e as estatísticas de pesquisas independentes, que pelo seu quadro conceptual e metodológico procuram captar os padrões de MTR num contexto amplo do sistema social de acumulação dominante, revelam uma predominância de formas heterogéneas de trabalho assalariado rural (sobretudo casual e sazonal), muitas vezes desenvolvido em condições precárias que são consistentes com a natureza extractiva do padrão de acumulação dominante. O método analítico convencional e a metodologia de tratamento de estatísticas oficiais parece isolar características de emprego do sistema social de acumulação em que os complexos MTR se estruturam e se desenvolvem, importantes para o modo de vida dos AF rurais.

Um exemplo é a questão de pesquisa contida nos inquéritos oficiais (entre outras discutidas na terceira vertente desta secção), estruturada de uma forma que restringe, por exemplo, a ‘hipótese’ de as famílias rurais estarem ligadas a múltiplos e diversificados MTR. Ou seja, somente duas opções relativas ao tipo de actividade desempenhada – ‘actividade principal ou secundária’ – nos últimos sete dias são incluídas nos inquéritos oficiais (com centralidade na primeira), podendo implicar uma má interpretação da questão e que a maioria dos respondentes reporte apenas a actividade de longa duração que se lembre e a auto-classifique como, por exemplo, ‘trabalho na machamba’ por ser a mais regular, embora possa não ser a única ou possa estar a ser desenvolvida num contexto de combinação com fontes irregulares de trabalho assalariado rural. Este facto revela-se inconsistente com a realidade moçambicana evidenciada de interdependência de actividades com o trabalho assalariado e não é explicada por esta abordagem. Este conflito chama a atenção para a necessidade de uma ampla abordagem *‘think outside the box’* que permita analisar dinâmicas de MTR com base na realidade histórica, socioeconómica, política e institucional no quadro do sistema social de acumulação para perceber os padrões, conflitos e interesses específicos.

Segunda vertente, a falta de um inquérito contínuo focado em padrões e dinâmicas amplas de MTR em Moçambique. A literatura tem indicado que a ausência de um inquérito sobre MTR pode condicionar o tipo de informação recolhida (Lachaud,

1994; Cramer, Oya & Sender, 2008). Sendo o IFTRAB 2004/2005 o único inquérito que existiu, focado em características sobre o emprego em Moçambique, este não permite analisar processos de mudanças, para além de possuir algumas inconsistências nos módulos de emprego rural (discutidas na terceira vertente desta secção) que se afiguram limitados para estudar a complexidade das dinâmicas laborais. Sendo assim, a necessidade de um inquérito direccionado a captar informação sobre os MTR representa um dos lados da preocupação, sendo o outro a necessidade da sua consistência não dissociada da estrutura da economia moçambicana em que os MTR se desenvolvem. As pesquisas e análises convencionais sobre emprego e MTR em Moçambique têm sido em grande medida baseadas nos IOF que, por serem focados na colecta de informação sobre os AF para estimativas de pobreza como o consumo, possuem módulos restritos sobre o emprego. Este facto parece limitar a análise aprofundada dos padrões e dinâmicas locais onde se desenvolvem os MTR. Daqui emergem algumas questões. Porquê não unir a reconhecida cobertura e representatividade que as estatísticas oficiais têm à consistência de amplas questões sobre os MTR, à semelhança de métodos estatísticos mais rigorosos, conceptual e metodologicamente, como os contidos no IMRT (que resulta de uma combinação de métodos quantitativos e qualitativos que incluem algumas histórias de vida)? Porquê não ‘investir’ num IFTRAB mais consolidado e consistente com dinâmicas reais de MTR?

Terceira vertente, a informação sobre os MTR não é captada de forma ampla e consistente nos inquéritos e censos convencionais.¹⁰ A maneira como a informação é tratada, desde a concepção dos inquéritos à sua interpretação, afigura-se crucial para assegurar a qualidade dos dados e o entendimento da realidade (Ali, Ossemame & Massingue, 2009). Uma série de fragilidades metodológicas e conceptuais nos inquéritos oficiais que explicam porque as formas de trabalho assalariado rural são negligenciadas e são avançadas reflexões alternativas.

Um primeiro ponto a considerar é o *design* do inquérito em termos de detalhe dos questionários (curto *vs.* detalhado) e a escolha do respondente (relato próprio *vs.* relato de um representante ou *proxy* do respondente), dado que diferentes tipos de inquéritos podem levar a diferentes resultados (Bardasi, Beegle & Dillon, 2010). Por exemplo, os módulos curtos sobre o emprego, tanto no IAF, IOF, IFTRAB, INCAF como no Censo, ao perguntar sobre a ‘actividade principal’ na semana de referência que se refere aos últimos sete dias (em vez de perguntar nos últimos

¹⁰ Discussão baseada na análise dos questionários dos inquéritos e nos censos oficiais em questão (INE, vários).

doze meses também), podem levar a uma inadequada interpretação da questão. Por conseguinte, as estatísticas podem ser mal reportadas levando a uma subestimação e negligência de diversificadas formas de trabalho assalariado rural desenvolvidas em formas irregulares e precárias (difíceis de captar), que estão para além da convencional dicotomia formal-informal nos mercados de trabalho. Este é o caso de formas temporárias de trabalho assalariado rural como a casualidade (por exemplo os ‘biscatos’ e os *ganho-ganho*) e a sazonalidade que têm uma alta variabilidade de grupo para grupo, consoante a época do ano, em termos regionais, etc. Isto pode levar a que muitos trabalhadores assalariados (homens e particularmente mulheres) sejam, provavelmente, automaticamente classificados como ‘trabalhadores por conta própria’ ou ‘trabalhadores familiares sem remuneração’. Os trabalhadores eventuais e sazonais que têm ‘machamba’ própria geralmente não aparecem nas estatísticas oficiais porque, como indicam Massingarella, Nhate & Oya (2005), são classificados como camponeses, dado que é o trabalho na ‘machamba’ o normalmente declarado como ‘actividade principal’, por terem estado a trabalhar nele com mais frequência, incluindo na semana de referência, pelo que as actividades remuneradas praticadas ‘fora da sua machamba’ são dificilmente captadas. Além disso, a existência de categorias exclusivas (em vez de múltiplas opções) trata o trabalhador por conta própria e o trabalhador assalariado como se fossem mutuamente exclusivos, não permitindo um *overlap* e complementaridade de actividades que se revelam dominantes em Moçambique. Ademais, a informação baseada num *proxy* do respondente pode omitir detalhes de características reais relevantes sobre as actividades em que os membros do AF (como esposo, filho, pai, etc.) possam estar envolvidos e sobre o seu modo de vida ou sobre outro *focus group* de que se pretende ter informação (empregador, trabalhador, etc.). Verifica-se igualmente uma limitada estratificação por grupos etários. A informação sobre o trabalho assalariado infantil (com excepção do INCAF que desde 2012 incorpora este grupo etário) é negligenciada nas estatísticas oficiais não descurando os casos de participação de alguns idosos nos MTR.

Um aspecto a ressaltar no concernente a problemas de interpretação é a ideia ou o ‘preconceito’ que, geralmente, se tem sobre o trabalho assalariado. Este é muitas vezes associado a formas regulares de trabalho, ‘economia formal’ e/ou zonas urbanas (consideradas estáveis), sendo que tendem a ser poucos os que se classificam com trabalhador assalariado/remunerado, em especial na agricultura. Ao questionar-se um indivíduo que tenha uma machamba, sobre a sua ‘ocupação principal’, se é eventual ou sazonal, parece algo inútil, uma vez que o carácter irre-

gular dessa actividade raramente aparece como principal (Sender, Oya & Cramer, 2007). A abordagem comum, de olhar para a economia como sendo dual e formada por dicotomias como, *inter alia*, formal *vs.* informal, regulamentado *vs.* não regulamentado, registado *vs.* não registado, também pode levar a negligenciar os MTR. Ademais, a possibilidade de recolha de dados, não apenas aos trabalhadores mas aos empregadores num mesmo inquérito, pode permitir, para além de captar padrões de relações laborais, cruzar a informação. Dentro de contextos de MTR diversificados, parece crucial considerar nos inquéritos que as modalidades de pagamento não são homogéneas mas variadas entre trabalhadores e empregadores. Por exemplo, as formas de remuneração não são apenas mensais, podendo ser também pagas por dia, por semana, por hora ou por tarefa. Isto depende do tipo de actividade, da pressão para recrutamento de força de trabalho adicional em períodos de pico, entre outros factores. Seria igualmente interessante ter informação sobre a associação dos trabalhadores a sindicatos, o tipo de sindicatos, a participação dos trabalhadores em greves e respectivas causas, que podem ser interessantes fontes de informação sobre o poder colectivo de negociação.

Outra fragilidade é o nível de agregação das estimativas, que limita uma análise aprofundada dos dados a nível local assim como a comparação entre localidades dentro da mesma província. O período de amostragem, não ignorando os esforços na recolha de dados, é outra deficiência que pode limitar a análise de tendência que ajude a observar dinâmicas de mudança ao longo do tempo, ainda que, para o caso do TIA (em interligação com o Censo Agro-Pecuário – CAP) que desde o TIA 2002 tem sido colectado anualmente e o caso do recente INCAF que está a decorrer desde o segundo semestre de 2012 e pretende ter um ciclo trimestral. Entretanto, para além do IFTRAB que, por exemplo, foi apenas realizado em 2004/2005, os IOF em geral são recolhidos quinquenalmente e o Censo decenalmente. Isto é agravado se considerarmos que, em geral, o acesso a esta informação é apenas possível, geralmente, depois de dois anos.

Adicionalmente, os inquéritos oficiais IFTRAB, IAF, IOF, Censo e TIA sofrem de algumas inconsistências conceptuais que comprometem a qualidade dos dados levando à negligência do trabalho assalariado rural. Por exemplo, o conceito de agregado familiar utilizado pode levar a *bias* nos dados sobre MTR recolhidos. Os inquéritos oficiais baseiam-se num conceito residencial de AF (que considera como membros de AF todos aqueles que têm dormido ou comido com regularidade na residência do AF entrevistado no tempo do inquérito) que pode ignorar, por

exemplo, potenciais membros que são contribuintes activos das despesas do agregado embora não residem ou residem com intervalos irregulares na residência do AF entrevistado. De igual modo, este conceito pode incluir membros do agregado como empregadas domésticas (que trabalham e residem nos agregados) e excluir trabalhadores assalariados em constante mobilidade. O conceito de AF é complexo. Todavia, um conceito mais amplo que tem sido usado em substituição do conceito residencial convencional de AF em alguns inquéritos mais rigorosos em captar dinâmicas de MTR é um conceito económico de AF (que considera os indivíduos economicamente ligados como potenciais contribuintes e receptores de contribuições provenientes de trabalho assalariado que tem uma relação económica com o entrevistado (Oya, 2010a). Este conceito afigura-se útil e a tomar em conta, na medida em que pode ajudar a captar informação sobre os trabalhadores migrantes eventuais ou sazonais, assim como os ciclos de investimento do AF não captados pelo convencional conceito residencial. Por exemplo, o deslocamento de um estudante a uma província para formação e que recebe rendimentos provenientes de trabalho assalariado. Outro exemplo é a mobilidade de alguns membros do AF à procura de trabalho sazonal, como a sacha ou a colheita, em explorações agrícolas, que podem estar ausentes temporariamente e no regresso repartem os rendimentos com a família que, por vezes, são investidos em outras actividades (Massingarella, Nhate & Oya, 2005).

Um outro aspecto negligenciado, em grande parte pelas inconsistências conceptuais discutidas, é relativo às remessas da migração (interna e externa) que muitas vezes são lançadas como transferências nas contas nacionais e estatísticas oficiais, subestimando importantes rendimentos contributivos do trabalho assalariado. Por exemplo, o TIA tende a reflectir uma imagem de que as principais fontes de renda dos AF rurais no país são as transferências seguidas de salários, ainda que questões sobre os fluxos de remessas sejam consideradas no inquérito. Esta imagem não é surpreendente à luz do conceito residencial de AF que pode levar a uma inadequada interpretação das fontes de rendimento provenientes do trabalho assalariado como remessas e registá-las como transferências. Ademais, o conceito de subemprego pode afectar os dados colectados. Por exemplo, a definição nacional ajustada da ILO¹¹ considerada no IFTRAB 2004/2005, ao considerar o subemprego como englobando aqueles que trabalham geralmente menos de 40 horas (e em condições de aceitar trabalhar mais horas) na semana de referência (a semana anterior ao

¹¹ International Labour Organization.

inquérito), é limitado e pode subestimar os dados. Isto é devido ao carácter irregular do trabalho assalariado rural eventual e sazonal desempenhado em formas diferenciadas ao longo do ano (CEA, 1979).

Finalmente, a análise de uma série de inquéritos oficiais (incluindo os mais recentes como o INCAF) convencionalmente usados como referência para análise dos MTR em Moçambique revela problemas estruturais (conceptual e metodologicamente) nos questionários. A consideração de lacunas nas estatísticas oficiais e a reestruturação dos seus moldes é crucial. Inquéritos mais abrangentes e desagregados, baseados numa combinação de pesquisa quantitativa e qualitativa com métodos mais rigorosos e questões consistentes com a realidade, afiguram-se importantes para assegurar a qualidade dos dados. Ainda que os estudos de campo e as estatísticas de estudos independentes (que sejam ambos metodologicamente rigorosos) possam reforçar a investigação de MTR na análise de padrões reais, principalmente ao considerar as inconsistências que as estatísticas oficiais apresentam, o recurso às estatísticas oficiais é fundamental. Assim, porque não reflectir sobre o que e como existe e alterar para obter o que não existe, isto é, a consistência das estatísticas oficiais com a realidade da estrutura socioeconómica de Moçambique?

QUE IMPLICAÇÕES TEM A NEGLIGÊNCIA DOS MTR?

A consistência implícita no método de análise na explicação da realidade e das suas possíveis contradições é crucial para perceber o que de facto está a acontecer, de modo a abordá-la coerentemente. A maneira como olhamos para a realidade das zonas rurais de Moçambique pode influenciar o entendimento que se tem sobre os MTR (incluindo sobre a sua relevância ou implicando a sua negligência), as opções sobre esta realidade e possível mudança.

Os MTR são uma realidade na economia moçambicana. Trata-se de uma realidade complexa e importante, que tem sido ofuscada, mas que merece muito mais atenção na formulação de políticas públicas. À partida, como sugere o título deste artigo, pode parecer paradoxal que políticas sobre a pobreza, o desenvolvimento rural e principalmente sobre o emprego ignorem os mercados de trabalho rurais. Mas, de facto, o método convencional de análise, assente numa abordagem dualista (que olha a economia rural como de subsistência), em que estão subjacentes os inquéritos das estatísticas oficiais sobre o emprego, parece limitar a observação dos padrões reais de emprego implicando a negligência dos MTR. Ao considerar a lite-

ratura sobre a estrutura da economia e alguns estudos qualitativos sobre dinâmicas reais das zonas rurais, os MTR evidenciam-se relevantes pelas ligações estruturais que estabelecem entre diferentes actividades e pela sua integração orgânica com os modos de vida dos AF. Isto evidencia uma inconsistência no método convencional de análise (assente numa visão dualista) em explicar este paradoxo. A negligência dos MTR pode levar a uma série de distorções na efectividade das políticas públicas formuladas e nas possíveis opções, dada a inconsistência entre algumas intenções de política com a realidade. Três dimensões com implicações para o entendimento da pobreza e possibilidades de acumulação nas áreas rurais serão equacionados em reflexão.

Primeira dimensão, tratar da economia rural como se fosse o somatório de agentes e padrões rurais (incluindo o emprego) isolados e tratar de padrões rurais isoladamente pode ignorar possíveis bloqueios no modo de vida dos AF, limitando a solução dos seus problemas. A negligência da relevância que o envolvimento numa multiplicidade de ocupações, onde o trabalho assalariado é parte estrutural, exerce para os agregados rurais (sobretudo dos estratos mais pobres), emerge como uma limitação do método de análise convencional, em que estão assentes as políticas públicas. Quão efectivas podem ser as políticas públicas em fazer face aos problemas dos AF rurais ao ignorar dinâmicas reais? Por exemplo, ao olhar para os AF rurais como um grupo homogéneo de camponeses, o objectivo de política explícito no PARP e no WDR 2013, focado no investimento da agricultura familiar para reduzir a pobreza por via, por exemplo, do aumento da produtividade do pequeno camponês, através do fornecimento de tecnologia, sem ligação com dinâmicas reais de acumulação, pode ser comprometido. As questões são: aumentar a produtividade em que contexto produtivo? Para que AF? Como e para que fins, considerando a ligação do diferenciado campesinato com formas (muitas vezes temporárias) de trabalho assalariado? O acesso à tecnologia é uma parte integrante do processo produtivo, então, como equacioná-lo isoladamente do contexto da base produtiva? O que dizer da sua interligação com a escala de produção, mercados, necessidade de recrutar força de trabalho (negligenciado nas políticas públicas), infra-estruturas, finanças, entre outros factores de natureza socioeconómica e institucional?

Ainda nesta perspectiva, um outro ponto de reflexão é o caso dos esforços de política pública em impulsionar actividades de auto-emprego (com enfoque na agricultura familiar), quer através de facilidades de micro-crédito (normalmente de curta duração e sujeitos a altas taxas de juro) quer através da atribuição de meios de

produção com o objectivo de reduzir a pobreza. Estes esforços de política pública podem ser limitados em conduzir à mudanças estruturais que reduzam as privações dos AF rurais, em especial dos camponeses mais pobres, se não estiver em ligação com a base produtiva e com a base de acumulação de diferenciados AF rurais, onde o trabalho assalariado se mostra relevante mas ignorado. Por conseguinte, o ponto de partida subjacente às intenções de política pode constranger o enfoque e os esforços da política pública, por exemplo, em impulsionar a demanda por força de trabalho assalariada quer localmente quer por via da migração para MTR mais dinâmicos, o reforço do poder negocial daqueles que dependem do trabalho assalariado (que se evidencia em grande parte dos AF rurais, sobretudo nos mais pobres) e das suas condições laborais.

Segunda dimensão, as intenções de política de que a agricultura reduz a pobreza sem uma explicação do ‘mecanismo de transmissão’, como se fosse um processo automático, entra em contradição com a negligência do trabalho assalariado neste quadro de análise. Pode questionar-se sobre que agricultura se está a referir e como esta pode reduzir a pobreza. Por exemplo, as intenções de política relativamente à ligação entre a agricultura e a redução de pobreza (vista em dois ângulos, nomeadamente através da produção de produtos alimentares básicos e da geração de emprego), tratam isolada e separadamente a agricultura familiar e a geração de emprego (por via de uma agricultura comercial virada para a produção de produtos primários). Este facto, como discute Ibraimo (2013), entra em contradição com a interligação orgânica que se afigura necessária entre emprego e produção de produtos alimentares básicos para reduzir a pobreza. Ademais, na realidade, as decisões de investimento na agricultura têm-se centrado numa agricultura orientada para a produção de produtos primários para exportação e pouco se verifica em termos de alocação de recursos e capacidade organizativa e institucional para a agricultura familiar (Mosca & Selemene, 2012). Entretanto, a ausência de explicação dos mecanismos de transmissão, que não são automáticos a gerar o bem-estar dos AF, pode comprometer as intenções de políticas públicas. Discute-se a produção de produtos primários para exportação que, sendo assentes em monocultura, são intensivos em força de trabalho (principalmente eventual e sazonal) mas nenhuma referência é feita ao trabalho assalariado rural (neste caso agrícola) à luz do quadro de análise convencional. Como é possível falar de monocultura, *contract farming* e negligenciar os MTR?

Terceira dimensão, a homogeneidade com que, convencionalmente, é tratado o campesinato, o trabalhador assalariado e os AF rurais pode comprometer as

intenções de política pública sobre as possibilidades de acumulação e redução da pobreza. Na abordagem comum, os agregados rurais são tratados como um grupo homogéneo, isolado e estático com reduzidas desigualdades entre eles. O campesinato evidencia-se diferenciado (pobre, médio e rico), pelo que cada um tem os seus problemas específicos e opções alternativas distintas. Por exemplo, relacionando a primeira dimensão discutida, pode questionar-se sobre quem tem acesso à tecnologia e às finanças num contexto de diferenciados camponeses e AF rurais que não são apenas camponeses. Será que são aqueles ligados a *contract farming* ou a associações? Quão efectivas serão as políticas públicas homogéneas num contexto de heterogéneos AF rurais envolvidos numa multiplicidade de ocupações para sobrevivência? Será que, ao tratar os agregados rurais como homogéneos, se consegue eliminar a estratificação socioeconómica e a pobreza rural? Para cada estrato socioeconómico são necessárias opções consistentes com os seus problemas específicos.

Perante este panorama, a pobreza rural tem sido tratada de forma homogénea como o resultado do atraso técnico da agricultura, considerada um sector tradicional e menos produtivo (assumido como dominado pela maior parte da população rural) e desarticulado do sistema social de acumulação. A forma como pensamos e tratamos a realidade pode influenciar os esforços de analisá-la e transformá-la. Para resolver ou transformar qualquer problema, parece central olhar para a sua natureza estrutural, perceber as suas causas, os padrões existentes e as dinâmicas que emergem e se interligam com estes para poder alterá-lo. Fica a questão: como discutir pobreza, padrão de vida, distribuição, emprego decente e desenvolvimento em Moçambique sem pensar e equacionar a natureza do emprego (e dos MTR) e as suas opções dentro das dinâmicas de acumulação de que este faz parte?

REFERÊNCIAS

- Ali, R., Ossemane, R. & Massingue, N. (2009) “Informação Estatística na Investigação: Contribuição da investigação e organizações de investigação para a produção estatística”. *Boletim IDELAS* n.º 9. Maputo, IESE.
- Amsden, A. (2010) “Say’s Law, Poverty Persistence, and Employment Neglect”. *Journal of Human Development and Capabilities* 11 (1), 57-66.
- Bardasi, E., Beegle, K. & Dillon, A. (2010) *Do Labor Statistics Depend on How and to Whom the Questions Are Asked? Results from a Survey Experiment in Tanzania*. Washington DC, World Bank.

- Bowen, M. (2000) *The state against the peasantry: Rural struggles in colonial and postcolonial Mozambique*. Charlottesville and London, University of Virginia Press.
- Castel-Branco, C.N. (1983a) *A integração dos assalariados com boa base na agricultura numa economia socialista planificada*. Maputo, CEA, UEM.
- (1983b) *A integração dos camponeses médios numa economia socialista planificada*. Maputo, CEA, UEM.
- (1984) *Trabalho assalariado e pequena produção mercantil na estratégia de socialização do campo*. Maputo, CEA, UEM.
- (1994) “Problemas Estruturais do Desenvolvimento Agrário”. In: C.N. Castel-Branco (ed.). *Moçambique Perspectivas Económicas*. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane e Fundação Friedrich Ebert. pp. 31-86.
- (1995) “Opções Económicas de Moçambique 1975-95: Problemas, Lições e Ideias Alternativas”. In: B. Mazula (ed.). *Moçambique Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo, Brazão Mazula. pp. 581-636.
- (2010) “Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique”. *Cadernos IESE* n.º 1. Maputo, IESE.
- (2012) “A Questão Agrária e o Sistema de Políticas ‘Múltiplas’ (ou porquê é tão difícil decidir o que fazer com a agricultura?)”. III Conferência Internacional do IESE – Moçambique: Acumulação e Transformação em Contexto de Crise Internacional. *Conference Paper* n.º 43. 4 e 5 de Setembro de 2012. Maputo, IESE.
- Castel-Branco, C.N. & Mandlate, O. (2012) “Da Economia Extractiva à Diversificação da Base Produtiva: O Que Pode o PARP Utilizar da Análise do Modo de Acumulação em Moçambique?” In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo, IESE. pp. 117-144.
- Castel-Branco, C.N., Massingue, N. & Ali, R. (2009) “Desafios do desenvolvimento rural em Moçambique”. In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo, IESE. pp. 183-216.
- CEA (1979) “O desemprego e a sua ligação com o campo: um estudo sobre a capacidade de emprego em machambas estatais e cooperativas seleccionadas no distrito da Moamba”. (II parte do relatório sobre desemprego no Maputo). Maputo, CEA, UEM.
- (1982a) *Famílias Camponesas da Angónia no Processo de Socialização do Campo*. Maputo, CEA, UEM.
- (1982b) *Organizar os Trabalhadores das Machambas Estatais: O Caso do C.A.I.A.* Maputo, CEA, UEM.

- (1982c) *Plantações de Chá e Economia Camponesa. Informação básica para um plano director da Zona Gurûê-Socone, Alta Zambézia*. Maputo, CEA, UEM.
- Cramer, C., Oya, C. & Sender, J. (2008) "Rural Labour Markets in Sub-Saharan Africa: A New View of Poverty, Power and Policy". *Policy Brief* n.º 1. London, CDPR.
- Fine, B. (1998) *Labour Market Theory. A Constructive Reassessment*. London and New York, Routledge.
- Fosu, A., Mwabu, G. & Thorbecke, E. (2009) *Poverty in Africa: Analytical and Policy Perspectives*. Nairobi, University of Nairobi Press.
- GdM (2011) *Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014*. Maputo, Governo de Moçambique.
- Ibraimo, Y. (2013) "Expansão da produção de produtos primários, emprego e pobreza". In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo, IESE. pp. 265-279.
- INE (2005) *Trabalho de Inquérito Agrícola 2005*. Maputo, INE.
- (2006) *Inquérito Integrado à Força de Trabalho (IFTRAB 2004/05). Relatório Final*. Maputo, INE.
- (2008) *Trabalho de Inquérito Agrícola 2008*. Maputo, INE.
- (2009) *Censo da População 2007*. Maputo, INE.
- (2011) *Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF-2008/9. Relatório Final*. Maputo, INE.
- (2003a) *Inquérito aos Agregados Familiares – LAF-2002/3. Relatório Final*. Maputo, INE.
- (2013b) *Inquérito Contínuo aos Agregados Familiares – INCAF-2012/3. Relatório do Primeiro Trimestre do Primeiro Ciclo Julho-Setembro de 2012*. Maputo, INE.
- Johnston, D. (2007) "Who needs immigrant farm workers? A South African case study". *Journal of Agrarian Change* 7 (4), 494-525.
- Jones, S. & Tarp, F. (2012) "Jobs and Welfare in Mozambique". *Background paper for the World Development Report 2013*.
- Lachaud, J.-P. (1994) *The Labour Market in Africa. Research Series 102*. Geneva, ILO.
- Massingarella, C., Nhate, V. & Oya, C. (2005) *Mercados Rurais de Emprego em Moçambique. Um estudo sobre o trabalho assalariado temporário e informal nas zonas rurais de Manica, Nampula e Zambézia*. Maputo, MPD.

- Mosca, J. & Selemane, T. (2012) “Mega-Projetos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: O caso de Tete”. In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo, IESE. pp. 231-255.
- O’Laughlin, B. (1981) “A questão agrária em Moçambique”. *Estudos Moçambicanos* (3), 9-32.
- (1996) “Through a divided glass: Dualism, class and the Agrarian question in Mozambique”. *The Journal of Peasant Studies* 23 (4). pp.
- (2001) “Proletarianisation, agency and changing rural livelihoods: forced labour and resistance in colonial Mozambique”. *Journal of Southern African Studies* 3 (28), 511-530.
- O’Laughlin, B. & Ibraimo, Y. (2013) “A Expansão da Produção de Açúcar e o Bem-Estar Dos Trabalhadores Agrícolas e Comunidades Rurais em Xinavane e Magude”. *Cadernos IESE* n.º 12P. Maputo, IESE.
- O’Laughlin, B. & Wuyts, M. (2012) “The Agrarian question then and now”. Apresentação na III Conferência Internacional do IESE – Moçambique: Acumulação e Transformação em Contexto de Crise Internacional. 4 e 5 de Setembro de 2012, Maputo.
- Oya, C. (2010a) *Rural inequality, wage employment and labour market formation in Africa: Historical and micro-level evidence*. Geneva, ILO.
- (2010b) *Rural Labour Markets in Africa: The Unreported Source of Inequality and Poverty*. London, CDP. R.
- Reardon, T. (1997) “Using evidence of household income diversification to inform study of the rural non-farm labour market in Africa”. *World Development*, 25 (5), 735-747.
- Sender, J. & Oya, C. (2007) *Divorced, Separated, and Widowed Women Workers in Rural Mozambique*. Leiden, African Studies Centre (ASC).
- Sender, J., Oya, C. & Cramer, C. (2007) “Lifting the blinkers: a new view of power, diversity and poverty in Mozambican rural labour markets”. Conferência Inaugural do IESE “Desafios para a investigação social e económica em Moçambique”. *Conference Paper* no. 36. Maputo, IESE.
- Sender, J. & Smith, S. (1986) *The Development of Capitalism in Africa*. London and New York, Methuen.
- Standing, G., Sender, J. & Weeks, J. (1996) “Restructuring the Labour Market: The South African Challenge”. *An ILO Country Review*. Geneva, ILO.

- Tschirley, D. & Benfica, R. (2000) *Smallholder Agriculture, Wage Labour, and Rural Poverty Alleviation in Mozambique: What does the Evidence Tell Us?* Maputo, Ministry of Agriculture and Rural Development. Directorate of Economics.
- World Bank (2012) *World Development Report 2013: Jobs*. Washington DC, World Bank.
- Wuyts, M. (1978) *Camponeses e economia rural em Moçambique*. Maputo, CEA. UEM.

